

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM
SURDEZ.**

(Inclusive education: educational service specialist for students with hearing)

Shirlei dos Santos Catão- Roraima/Brasil
shirleicatao@hotmail.com

Simone dos Santos Catão-Roraima/Brasil
simonecatao@hotmail.com

Marilene dos Santos Catão-Roraima/Brasil
marilenecatao@hotmail.com

Rejane Risia Gonçalves Rios Roraima/Brasil
rejanerisia@hotmail.com

Páginas 1- 18

Fecha de recepción: 01-11 -2015

Fecha de aceptación: 22-12-2015

Resumo.

A temática do processo educativo do aluno com surdez envolve importantes fatores que estão relacionados ao potencial cognitivo, social e afetivo. Porém, para que o aluno possa realmente adquirir essas competências e experiências de forma eficaz, precisa estar inserido, ou seja, relacionado aos espaços escolares comuns e aos atendimentos Educacionais Especializados – AEE. Nesse sentido, a referida pesquisa analisou um Estudo de Caso do Aluno com surdez Paulo Augusto, da 4ª série da Educação de Jovens e Adultos da E. M. F. S. B. no decorrer do ano de 2014. O estudo foi desenvolvido no espaço familiar e escolar no Município de Boa Vista – Roraima/Brasil, cujo objetivo consiste na elaboração de um Plano de Atendimento Educacional Especializado - AEE que propõe soluções para seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, amenizando as barreiras encontradas no contexto escola/sociedade. A pesquisa foi realizada através do enfoque de paradigma qualitativo e se caracteriza em descritiva, utilizando-se técnicas de observações diretas do sujeito na escola, na sala de recursos e na família, e registrando os dados obtidos em um diário de campo. As análises da referida pesquisa permite considerar que o processo educativo destinado à pessoa com surdez requer um ambiente escolar e um Atendimento Educacional Especializado – AEE, capaz de atender as suas necessidades cognitivas, afetivas, biológicas, psicológicas, sociais e culturais, promovendo seu desenvolvimento integral. No entanto, compreende-se que este é um processo complexo que inclui variáveis indispensáveis como, aluno, professor, intérprete, concepção social, organização curricular, metodologias, estratégias e recursos.

Palavras-chave: Aluno com surdez; Escola Regular; Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Abstract

The theme of the educational process of the student with deafness involves important factors that are related to cognitive, social and emotional potential. But for the student to actually acquire these skills and experience effectively, you need to be inserted, namely related to the common school spaces and calls Educational Specialist - ESA. Accordingly, that research examined a Student Case Study deaf Paulo Augusto, 4th Education Series for Youth and Adults of EMFSB during the year 2014. The study was conducted in the family and school environment in the city of Boa Vista - Roraima / Brazil, whose purpose is the development of a Plan of Educational Service Specialist - ESA to propose solutions to their cognitive, social and emotional development, easing the barriers encountered in the context school / society. The survey was conducted through qualitative paradigm approach and is characterized in descriptive, using techniques of direct observations of the subject at school, in the resource room and family, and recording the data in a field diary. The analysis of related research to suggest that the educational process for the person with hearing loss requires a school environment and Educational Service Specialist - ESA, able to meet their cognitive, emotional, biological, psychological, social and cultural needs, promoting their integral development . However, it is understood that this is a complex process that includes variables as necessary, student, teacher, interpreter, social design, curriculum organization, methodologies, strategies and resources.

Keywords: Student with deafness; Regular school; Educational Service Specialist - AEE.

Introdução.

A humanidade vive momentos de grandes conflitos e diferenças sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas que negam os direitos, sufocam os preceitos éticos e colocam milhares de indivíduos à margem de uma vida injusta. Diante desses fatores, as instituições de ensino devem sempre estar comprometidas com os valores éticos de amor, carinho e afeto, já que educar não é somente informar ou transmitir conhecimentos, mas também integrar o aluno em uma cultura caracterizada pela solidariedade e respeito às diferenças.

O aluno com deficiência tem direito a liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos pela Constituição Federal, 1988 e leis como: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - Decreto 5.626, de 5 de dezembro de 2005; Parecer CNE/CEB n. 17/2001 e a Resolução CNE/CEB N° 2, de 11 de setembro de 2001 e Lei n°10.436 de 24 de abril de 2002.

Os direitos dos alunos com surdez ou outro tipo de deficiência, transtorno ou dificuldade de aprendizagem, em qualquer sociedade, devem ser reconhecidos e protegidos. A visão atual de educação nos incentiva a lutarmos por oportunidades iguais para todos e por políticas e leis que apoiem o acesso à plena inclusão em todos os aspectos da sociedade.

É importante que a sociedade em geral esteja preparada para lidar com diferentes demandas socioculturais presentes nessas instituições de ensino, planejando-se e implementando propostas que estejam, desde a sua concepção, comprometidas com a diversificação e flexibilização dos atendimentos destinados as pessoas com deficiência a fim de que o convívio entre as diferenças possa se processar em atitudes afetivas de atenção, carinho, respeito e compreensão.

O desenvolvimento humano perpassa por aspectos cognitivos, afetivos e sociais. Sabe-se que uma das necessidades do ser humano é a de ser ouvido, acolhido e valorizado. Neste sentido, a inclusão está intimamente interligada à construção da autoestima; sua influência nas relações é fundamental para os indivíduos envolvidos. Assim sendo, a relação entre alunos, professores e funcionários, deve ser mais próxima o possível, fundamentada em sentimentos e respeito mútuos.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa através do Plano oferecido no Atendimento Educacional Especializado consiste em analisar o aluno com surdez, propondo soluções para seu desenvolvimento cognitivo e social, amenizando as barreiras encontradas no contexto escola/sociedade.

Integrar o aluno com Surdez na escola significa o ato ou processo de formar, coordenar ou combinar num todo o ser humano, respeitando sua individualidade pelos caminhos aonde esse deficiente gradualmente vai aprendendo a lidar com suas necessidades nas interações estabelecidas no mundo.

Hoje, um dos maiores desafios relacionados à inclusão dos alunos com surdez nas instituições de ensino, sem dúvida, é a necessidade de se ampliar e fazer valer as políticas públicas voltadas para o atendimento às pessoas com deficiência, considerando suas necessidades básicas, com princípios indispensáveis para uma boa qualidade de vida. Pode-se dizer que esses desafios compreendem ações no âmbito da educação com afeto. Já que estes são fatores que geram os eventuais problemas de falta de sensibilização os alunos com deficiência.

Assim, não se pode deixar de reconhecer a importância da inclusão, como elementos fundamentais para o desenvolvimento afetivo, social e cognitivo dos alunos com surdez. Diante disso, esta pesquisa pretende analisar e compreender o Estudo de Caso de Paulo Augusto, e, a partir dos resultados indicar um Plano de Atendimento Educacional Especializado, com estratégias para melhorar os ambientes de aprendizagens. Entendendo que os obstáculos existem para serem superados e que nada é impossível, devemos refletir sobre o valor de se aprender a viver/conviver com dignidade e decência, para que possamos plenamente ser.

Este trabalho foi analisado e descrito a partir da intenção de demonstrar como ocorre o processo ensino-aprendizagem da pessoa com surdez no ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado - AEE, e as inúmeras possibilidades que existem para auxiliar o professor de sala comum e do AEE a levar uma pessoa com surdez a avançar nesse processo, valorizando suas capacidades cognitivas, linguísticas, sociais e afetivas.

Baseia-se nas Teorias estudadas no Curso de Especialização, Formação Continuada de Professores para o Atendimento Educacional Especializada - AEE , e está dividida da seguinte forma: uma parte introdutória, que trata de questões relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa. Logo em seguida, o primeiro capítulo descreve todo o levantamento teórico, o contato literário com os autores que tratam sobre as Políticas Inclusivas para pessoa

com surdez, proporcionando esclarecimentos que foram essenciais para a efetivação do Estudo de Caso de Paulo Augusto. Tendo como base teórica da pesquisa: Carla Barbosa Alvez, Josimário de Paula Ferreira, Mirlene Macedo Damázio e a Coleção Fórum - Instituto Nacional De Educação De Surdos.

O segundo capítulo apresenta a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa, que tem como enfoque o paradigma qualitativo e se caracteriza em descritiva. A pesquisa analisa Paulo Augusto, aluno com surdez, onde utilizou-se técnicas de observações diretas do sujeito na escola, na sala de recursos e na família, registrando-se os dados obtidos no diário de campo. O referido aluno viveu muito tempo em um Sítio no interior do Estado de Roraima, nele viveu a fase da sua infância e adolescência; trabalhava muito para ajudar o pai na roça e a mãe nos atividades de casa quando ela o chamava. Seus pais eram de uma família muito humilde, não tinham condições de oferecer a Paulo Augusto um estudo de qualidade. Seus pais também não tinham conhecimentos específicos para ensinar uma Pessoa com Surdez, por esse motivo, Paulo Augusto não teve nenhum atendimento especializado que o ajudasse a desenvolver suas potencialidades; sabe-se que o AEE na perspectiva da educação inclusiva proporciona infinitas possibilidades para o aprendizado das pessoas com surdez, favorecendo a compreensão e o reconhecimento das suas potencialidades e a oportunidade de adquirir habilidades para a vida social buscando o pleno desenvolvimento. Ou seja, o AEE é uma educação inclusiva diferenciada, estabelecida na valorização das diferenças e no respeito, este atendimento é um direito do aluno com surdez e também para o aluno com outras deficiências.

Diante disso, observa-se que Paulo Augusto começou a estudar bem tarde, já com idade avançada, além de apresentar dificuldades de se relacionar e interagir com as pessoas. A terceira parte da pesquisa faz a análise e organiza os dados obtidos em todo o desenvolvimento da investigação. Por fim, a quarta e quinta parte apresentam considerações finais e as referências.

1. Fundamentação teórica.

1.1 Compromisso educacional da educação inclusiva.

De acordo com Batista y Mantoan (2006), a escola especial foi criada para substituir a escola comum no atendimento a alunos com deficiência, assumindo o compromisso da escola comum, sem uma definição clara do seu. É importante esclarecer, que houve um tempo em que se entendia que esses alunos não eram capazes de arcar com o compromisso primordial da escola comum de serem introduzidos no mundo social, cultural e científico, a não ser em condições muito específicas e fora dessa escola. Entendia-se que esses alunos necessitavam de condições escolares especiais o que incluía currículos e ensino adaptados, número menor de alunos por turma, professores especializados e outras condições particulares de organização pedagógica do processo educacional.

Assim sendo, dada a essa composição específica, a escola especial sempre enfrentou o impossível: substituir adequadamente o compromisso da escola comum. Por sua vez, a insistência em buscar uma substituição impossível, foi

descaracterizando-a e impedindo-a de construir uma identidade própria, no correr dos tempos.

O advento da inclusão escolar denunciou nitidamente essa impossibilidade, provocando muitas dúvidas sobre o papel da escola especial e até mesmo sobre a sua continuidade. Já com o movimento da integração escolar isso não aconteceu de forma tão categórica. Minetto (2008), defende que, "A proposta da educação inclusiva se diferencia drasticamente da proposta integrativa no sentido de propor empenho bilateral, ou seja, da escola como deve se organizar e se estruturar para oferecer condições reais de aprendizagem e não só de socialização". (p. 55).

De fato, a inserção parcial e condicional dos alunos com deficiência nas escolas comuns manteve as escolas e classes especiais na mesma posição. Cabialhes ainda substituir a escola comum, embora com caráter transitório, acreditava-se que a passagem desses alunos por seus cursos fosse necessária, para que conseguissem se integrar no ensino regular.

Pode-se dizer que, com esse movimento, as escolas especiais não foram completamente questionadas em suas funções e organização pedagógica, embora já tivessem seu compromisso primordial abalado.

Ao longo das últimas décadas, o imperativo de tornar a realidade nos países da América Latina às diretrizes contidas nas declarações de acordos internacionais, provocou relevante mudança conceitual na área da educação com vista à defesa e promoção do exercício do direito à educação, à participação e à igualdade de oportunidades para todos. Neste contexto, novos conhecimentos teóricos e práticos, gradualmente consolidam uma pedagogia voltada para a inclusão.

Diante da inclusão, o desafio das escolas comum e especial é o de tornar claro o papel de cada uma, pois uma educação para todos, não nega nenhuma delas. Se os compromissos educacionais dessas não são sobrepostos, nem substituíveis, cabe a escola especial complementar a escola comum, atuando sobre o saber particular que invariavelmente vai determinar e possibilitar a construção do saber universal.

A educação inclusiva é um processo que atenta para a diversidade inerente à espécie humana, busca atender as necessidades educativas de todos os sujeitos-alunos, em salas de aula comum e multifuncional, em um sistema regular de ensino; de forma a promover a aprendizagem, a satisfação, o desenvolvimento e a inserção social de todos. É também uma abordagem humana e democrática, que compreende o sujeito e suas singularidades.

A escola que se quer inclusiva não pode negar esta identidade e esta cultura distinta, no sentido de instrumentalizar-se de forma a oferecer uma formação integral, que vise o desenvolvimento de todas as potencialidades do indivíduo que busca novas formas de linguagens que lhe permita comunicar-se e integrar-se a sociedade com possibilidades de nela interferir, modificando-a (Batista y Mantoan, 2006, p. 09).

A educação inclusiva é na atualidade um dos maiores desafios educacionais. Criada na década de setenta, os pressupostos da educação inclusiva fundamentam vários programas projetos da educação. Louro (2006), compreende que, "cabe à sociedade se adequar às necessidades das pessoas; cabe à escola promover adaptações,

sejam elas quais forem necessárias para incluir um aluno com deficiência". (p. 18). A escola inclusiva de acordo com as diretrizes educacionais vem do princípio que todos os alunos podem conviver, aprender e participar da comunidade escolar e social. As diferenças são respeitadas e a diversidade torna-se uma característica natural, que enriquece as relações e as experiências no processo de aprendizagem. A Constituição Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96 Artigo 58, assegura que: a educação especial para atendimento escolar de educandos portadores de necessidades especiais deve ser realizada, preferencialmente, na rede regular de ensino, em classes comuns com apoio de serviços especializados organizados na própria escola ou em centros de apoio regionais; a integração, permanência, progressão e sucesso escolar de alunos portadores de necessidades especiais em classes comuns do ensino regular representam a alternativa mais eficaz no processo de atendimento desse alunado. E, de acordo com o Art. 3º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. O Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto:

I - implantação de salas de recursos multifuncionais;

II - formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;

III - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva.

A inclusão nessa perspectiva prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas, com recursos e ferramentas que possam auxiliar a efetivação desse processo. Para que isso seja possível, é necessária a concepção de novos currículos, métodos, técnicas e que os professores tenham capacitação e especialização para que o atendimento às diferenças individuais seja efetivo, com respeito e valorização à diversidade e singularidade de cada aluno.

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos diferenciados. A lei é clara na garantia dos direitos do aluno com deficiência. Conforme Louro et al (2006) "(...) cabe ao professor ter conhecimento quanto às questões pedagógicas e estruturais que envolvam seu fazer em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais". (p. 18).

Segundo a Secretaria de Educação Especial-MEC, (2004):

A educação inclusiva é um movimento que compreende a educação como um direito humano fundamental e base para uma sociedade mais justa e solidária. Esse movimento preocupa-se em atender todas as crianças, jovens e adultos, a despeito de suas características, desvantagens e dificuldades, habilitando todos os profissionais da educação para atendimento na sua comunidade, concentrando-se naqueles que tem mais sido excluído das oportunidades educacionais. Incluir alunos com deficiências múltiplas e necessidades educacionais especiais nos centros de educação não requer um currículo especial, mas ajustes e modificações curriculares

envolvendo objetivos, conteúdos, procedimentos didáticos – metodológicos e de avaliação que propiciem o avanço no processo de aprendizagem desses alunos (p. 2).

A falta de conhecimento da sociedade em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença, um peso ou um problema, vê o deficiente como incapaz, indefeso e sem direito. É bom lembrar que, o deficiente precisa ter um atendimento democrático, aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa na convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem através de cooperação. Portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações nos ambientes internos e externos, na mentalidade de todas as pessoas e também da própria pessoa com deficiência.

1.2 Políticas Educacionais para Pessoas com Surdez .

A inclusão de alunos surdos no contexto regular de ensino, nos impõe um grande desafio uma vez que, dada a diferença linguística que lhes é peculiar, é muito difícil seu acesso aos conteúdos de ensino, de forma igualitária, em relação aos demais alunos. É importante que os sistemas educacionais estejam preparados para lidar com diferentes demandas socioculturais presentes nas escolas, planejando-se e implementando propostas pedagógicas que estejam, desde a sua concepção, comprometidas com a diversificação e flexibilização curricular, a fim de que o convívio entre as diferenças possa existir.

Por quase toda a Idade Média acreditava-se que o sujeito surdo não fosse um ser educável, ou seja, o surdo foi visto durante muito tempo como um indivíduo incapaz, um ser imbecil. Foi somente no início do século XVI que se passou a acreditar que o surdo pudesse aprender sem nenhuma interferência milagrosa ou sobrenatural. Então começam a surgir relatos de diversos procedimentos utilizados para se trabalhar com essas pessoas. (Revista Espaço, 2011, p.08).

No caso de alunos com surdez, é importante pensarmos em adaptações curriculares em três níveis: na proposta pedagógica, na sala de aula e individual. De acordo com a Revista Fórum (2001) "Podemos observar que existe muito por fazer muito no currículo de Língua de Sinais e Cultura Surda". (p.13). É necessário que haja uma ampla discussão pela comunidade escolar das decisões a serem adotadas pela escola que conta com estudantes surdos em seu grupo de alunos.

Em outubro de 1993, os surdos brasileiros se reuniram na Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENNEIS) e votaram para eleger o nome da nossa língua de sinais e escolheram a LIBRAS. Embora ela fuja dos padrões internacionais de denominação das línguas espaços-visuais, é importante respeitar os anseios dos surdos brasileiros em escolher este nome para sua língua nativa. (Forum, 2001, p.15).

A socialização é fator indispensável ao processo de desenvolvimento do ser humano, pois é através dela que o indivíduo apropria-se dos comportamentos produzidos pela sociedade na qual está inserido e, conseqüentemente, amplia suas possibilidades de interação.

Acreditamos, entretanto, que enquanto persistir a visão de surdez como "deficiência", haverá desvalorização e exclusão desse grupo de pessoas da sociedade. É imperativo que se respeitem as diferenças, mas que se criem cada dia mais oportunidades de permeamento social entre todos os indivíduos, independentemente de sua condição física. Enquanto a educação dos surdos for tratada como acompanhamento terapêutico, esses sujeitos não serão vistos pelo potencial que possuem. (Revista Espaço, 2011, p.11).

Se a escola optar por uma proposta de educação que valorize a língua de sinais e o contato com pares surdos, a identidade da criança será mais fortalecida. Oportunizarão futuras representações sociais e a interiorizarão de significados da cultura, que serão compartilhados socialmente em todos os momentos de sua vida. A interação deverá estar estruturada de modo a estimular o intercâmbio e a valorização das ideias, o respeito por pontos de vista contraditórios e a valorização da pluralidade e da diferença.

Em alguns casos, as escolas especiais poderão ofertar escolarização formal, desde que assegurada proposta de educação bilíngue e as demais exigências. A passagem de uma língua a outra (língua de sinais/língua portuguesa), implica uma série de variáveis que englobam diferenças estruturais, nos planos cultural, ideológico e linguístico das línguas em questão. A educação escolar das pessoas com surdez nos reporta não só a questões referentes aos seus limites e possibilidades, como também aos preconceitos existentes nas atitudes da sociedade para com elas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos.

As pessoas com surdez não podem ser reduzidas ao chamado mundo surdo, com uma identidade e uma cultura surda. É no descentramento identitário que podemos conceber cada pessoa com surdez como um ser biopsicosocial, cognitivo, cultural, não somente na constituição de sua subjetividade, mas também na forma de aquisição e produção de conhecimentos, capazes de adquirir e desenvolverem não somente os processos visuais-gestuais, mas também de leitura e escrita, e de fala se desejarem. (Alves, 2010, p.10).

A proposta da educação escolar inclusiva é um desafio, que para ser efetivada faz-se necessário considerar que os alunos com surdez têm direito de acesso ao conhecimento. Novos paradigmas inclusivos, as pessoas com surdez têm conquistado atualmente direitos fundamentais que promovem a sua inclusão social. O reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira, em abril de 2002 e sua recente regulamentação, conforme o decreto nº 5.626, 22 de dezembro de 2005, legitimam a atuação e a formação profissional de tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa. Garante ainda a obrigatoriedade de ensino de Libras na educação básica e no ensino superior - cursos de licenciatura e de fonoaudiologia e

regulamenta a formação de professores de Libras, o que abre um amplo espaço, nunca antes alcançado, para a discussão sobre a educação das pessoas com surdez. A presença destes profissionais é de fundamental importância para a inserção das pessoas com surdez. Devemos sempre considerar que este espaço pertence ao professor e ao aluno e que a liderança no processo de aprendizagem é exercida pelo professor, sendo o aluno de sua responsabilidade. Tradutor e intérprete é apenas um mediador da comunicação e não um facilitador da aprendizagem.

De acordo com o Decreto 5.626, de 5 de dezembro de 2005, as pessoas com surdez têm direito a uma educação que garanta a sua formação, em que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, constituam línguas de instrução, e que o acesso às duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo (Alves, 2010, p. 09).

As línguas expressam a capacidade específica dos seres humanos para a linguagem, expressam as culturas, os valores e os padrões sociais de um determinado grupo social. As diferentes formas de proporcionar uma educação bilingue a uma criança em uma escola dependem de decisões político-pedagógicas. Há estados em que professores desconhecem libras e a escola não tem estrutura ou recursos humanos para garantir aos alunos surdos o direito à educação, à comunicação e à informação. No caso do aluno surdo, a educação bilingue vai apresentar diferentes contextos dependendo das ações de cada município e de cada estado brasileiro.

A aquisição do português escrito por crianças surdas ainda é baseada no ensino do português para crianças ouvintes que adquirem essa língua na modalidade falada. Para Lacerda, 1998 apud Revista Espaço (2011) "O objetivo da educação bilingue é o desenvolvimento cognitivo-linguístico da criança surda, de forma que ela possa conviver harmoniosamente com os ouvintes, tendo acesso às duas línguas, a de sinais e a oral, da comunidade em que se encontra". (p.09). A tarefa de ensino da língua portuguesa tornar-se-á possível, se o processo for de alfabetização de segunda língua, sendo a língua de sinais reconhecida efetivamente a primeira língua.

1.3 A Língua de Sinais Brasileira - Libras

A questão cultural da pessoa surda na constituição da sua cidadania envolve questões como diferenças humanas, multiculturalismo, construção de identidade, educação e o desenvolvimento de tecnologias que resultam num panorama explícito de que, apesar de haver um lugar para a cultura surda e um lugar para a cultura ouvinte, não há fronteiras entre ambas, considerando o fato de convergirem para a formação de cidadãos brasileiros.

A interface e o convívio das duas culturas constituem cenários multiculturais, no qual não há melhores e nem piores, há diferentes. Conhecer a história das pessoas surdas, não nos proporciona apenas aquisição de conhecimentos, mas também reflexões e questionamentos dos diversos acontecimentos relacionados à educação em várias épocas, como por exemplo, por que atualmente apesar de se ter

uma política de inclusão a pessoa surda continua, em muitos meios sociais sendo excluída?

Antes de surgirem tais discussões sobre a educação, as pessoas surdas eram rejeitadas pela sociedade e posteriormente isoladas nos asilos para que pudessem ser protegidas, pois não se acreditava que pudessem ter uma educação em função da sua "anormalidade", ou seja, aquela conduta marcada pela intolerância obscura na visão negativa sobre os surdos como "anormais ou doentes".

Não podemos deixar de reconhecer que historicamente a pedagogia, as políticas e muitos outros aspectos relacionados às pessoas surdas tem sido organizadas geralmente, do ponto de vista dos sujeitos ouvintes e não dos sujeitos surdos que, quase sempre, são incógnitos uma vez que poderiam contribuir sobremaneira com suas competências.

Em 2002, é assinada a Lei de Libras 10.436, que foi regulamentada em 2005, por meio do Decreto 5.623. Essa lei reconhece a Língua Brasileira de Sinais como a língua dos Surdos do Brasil. Os movimentos surdos e as pesquisas sobre a língua de sinais sustentam as políticas linguísticas e educacionais, que vêm se estruturando nos últimos anos. Dessa forma, os surdos refletem nos seus discursos o quando a língua de sinais parte de ser surdo. (Forum, 2001, p.15).

Embora cada língua de sinais tenha sua própria estrutura gramatical, surdos de países com línguas de sinais diferentes comunicam-se com mais facilidade uns com os outros. A LIBRAS, como toda língua de sinais, é uma língua de modalidade gestual-visual que utiliza como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais. Todas as línguas possuem diferenças quanto ao seu uso em relação à região, ao grupo social, à faixa etária e ao gênero. Conforme a Revista Fórum (2001) "A língua de sinais é a materna e natural dos surdos, e é diferente para cada povo. O bilinguismo reconhece a importância da língua de sinais para a identidade surda". (p.10). Portanto, não podemos dizer que as pessoas surdas fazem parte de uma cultura à parte ou uma comunidade surda.

Todas as línguas se edificam a partir de universais linguísticos, variando apenas em termos de sua modalidade (oral-auditiva ou gestual-visual) e suas gramáticas. As línguas se transformam a partir das comunidades linguísticas que as utilizam. Uma criança surda precisará se integrar à comunidade surda de sua cidade para poder ficar com um bom desempenho na língua de sinais desta comunidade.

Na verdade, os pontos de vista sobre a surdez, variam de acordo com as diferentes épocas e os grupos sociais nos quais são produzidos. Estas representações dão origem a diferentes práticas sociais, que limitarão ou ampliarão o universo de possibilidades e o exercício de cidadania das pessoas surdas.

Muitas pessoas já devem ter ouvido falar em surdez como falta de capacidade auditiva ou diminuição da capacidade de ouvir de indivíduo. Contudo, para compreendermos melhor a surdez e suas consequências, é necessário entendermos um pouco mais sobre o processo de audição do ser humano, que aqui trocaremos brevemente. (Revista Espaço, 2011, p.07).

A competência da pessoa auditiva é classificada como: normal, perda leve, moderada, severa e profunda. A surdez severa e profunda impede que o aluno adquira, naturalmente, a linguagem oral. O domínio da linguagem oral irá permitir sua plena integração na sociedade, uma vez que essa é a forma de comunicação entre as pessoas. O desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem está subordinado ao aprendizado da linguagem oral. Conforme a Revista Espaço (2011), "audição normal corresponde à habilidade de detecção de sons at 20 dB N. A. (decibéis, nível de audição). A surdez pode variar segundo alguns tipos". (p.07).

Os objetivos da educação das pessoas surdas reduzem-se às práticas corretivas e de estimulação oral-auditiva, em um encaminhamento metodológico que se convencionou chamar de oralismo. Durante anos, o mito de que a língua de sinais impediria a aquisição da língua oral pelas crianças surdas, impediu a sua utilização no processo educacional. A língua de sinais não era considerada uma língua, mas um conjunto de gestos icônicos, sem estrutura interna e com a função de comunicar apenas conteúdos concretos. Atualmente, a linguística da Língua de Sinais é uma disciplina em expansão no mundo todo e suas pesquisas demonstram a importância dessa língua na constituição do sujeito surdo.

Ao pensar na educação de surdos é importante refletir na postura do professor na sala de aula. É preciso ter cuidado para não tirar conclusões apressadas e infundadas no cotidiano escolar, atribuindo apenas ao aluno a culpa por seu "fracasso escolar". Se o aluno surdo não apresenta um desenvolvimento cognitivo compatível com aquele considerado próprio de seus colegas da mesma idade, isto pode não ser por conta de sua deficiência auditiva, mas sim, à deficiência cultural de seu grupo social que foi incapaz de proporcionar-lhe o acesso no momento devido a uma língua natural – a língua de sinais, que edificasse as bases para um desenvolvimento linguístico e, conseqüentemente, cognitivo normal.

Propiciar um ambiente educacional calcado na sua experiência visual, na sua forma de ver e perceber o mundo, respeitando a sua diferença linguística. Uma vez que a Língua de Sinais permite, por suas características viso-espaciais, a formação de uma sólida base linguística, esta língua é essencial para viabilizar o desenvolvimento desse indivíduo como um todo." (Fórum-Instituto Nacional de Educação de Surdos, p. 9).

Deve-se ter claro que a linguagem e o pensamento são processos interdependentes e desenvolvem-se mutuamente, alimentando um ao outro. Se tomarmos apenas a linguagem oral como requisito para o desenvolvimento do pensamento, veremos que muitos surdos apresentarão, generalizadamente, problemas de comunicação, conceitualização, abstração, memória e raciocínio lógico. Somente através do acesso precoce à língua de sinais é que os surdos poderão desenvolver a linguagem nos mesmos padrões das crianças ouvintes, sem prejuízo ao seu processo de aquisição. O professor de alunos surdos que conhece a língua de sinais certamente terá ampliada a capacidade de interação verbal com seus alunos em todas as situações de aprendizagem. Além da língua de sinais, meio privilegiado de interação simbólica, diferentes formas de comunicação que utilizam outros códigos visuais deverão estar presentes na sala de aula, beneficiando a relação professor / aluno surdo e demais

alunos. Conforme a Revista Espaço, (2011) "Os estudos da fala, juntamente com a escrita, fizeram supor que eles eram os únicos representantes da comunicação e veículo do código linguístico historicamente constituído, a língua". (p.15).

Diante disso, o professor deve lançar mão de todos os recursos e estratégias visuais que acompanham a oralidade, pois, ao contrário, o aluno surdo não alcançará o aprendizado adequado.

A língua de sinais, oferecendo as possibilidades de constituição de significado, cumpre um papel fundamental no desenvolvimento linguístico, cognitivo e emocional dos alunos surdos, não podendo ser ignorada pelo professor em qualquer ato de interação com eles. Aí está a importância de o professor conhecer a história de vida dos seus alunos, compreendendo o seu completo desenvolvimento, a fim de tomar decisões educacionais mais adequadas em relação às suas necessidades.

1.4 Atendimento Educacional Especializado - AEE

O papel da educação formal são motivos de ampla discussão na sociedade, visto que ainda encontramos muitos problemas ao respeito às diferenças e à qualidade em si. Mudar esta realidade significa empreender um esforço coletivo para vencer as barreiras e entraves que inviabilizam a construção de uma escola pública eficiente, que eduque de fato para o exercício pleno da cidadania e seja instrumento real de transformação social, espaço em que se aprenda a aprender, a conviver e a ser com e para os outros.

Contraopondo-se ao atual modelo gerador de desigualdades e exclusão social que impera nas políticas educacionais, através da reflexão e de ações necessárias à construção de uma nova realidade que esteja além do regimento escolar e do plano de ação. Buscando novos paradigmas que levem a instituição escolar a empenhar-se na construção coletiva e politicamente definida em favor das necessidades dos alunos.

Uma escola estruturada que alcance a todos, é aquela que visa os aspectos democráticos. Para que as escolas brasileiras sejam realmente um espaço democrático e não se limite a reproduzir a realidade socioeconômica em que está inserida, lutando de forma objetiva para conquistar a sua autonomia, estabelecendo uma identidade própria, na solução dos seus problemas. Essa autonomia, porém, não deve ser confundida com um trabalho isolado, a autonomia implica responsabilidades e comprometermos coletivos, ou seja, através da participação de todos. Para Alves (2010), "A escola tem uma contribuição muito importante na inclusão da pessoa com surdez na sociedade". (p.21).

Acredita-se que é este o papel principal da escola, proporcionar uma educação que transforme o aluno para que ele seja capaz de desenvolver-se e atuar frente às profundas desigualdades sociais de seu país.

A implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), sem dúvida trouxe benefícios para os alunos com deficiência e pessoa com surdez, pois o seu objetivo é atender as necessidades desses alunos, melhorando com isso sua inclusão nas instituições de ensino.

O AEE deve ser visto como uma construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, em que a organização do conteúdo curricular não deve estar pautada numa visão linear, hierarquizada e fragmentada do conhecimento. O conhecimento precisa ser compreendido como uma teia de relações, na qual as informações se processam como instrumento de interlocução e de diálogo. As práticas de sala de aula comum e do AEE devem ser articuladas por metodologias de ensino que estimulem vivências e que levem o aluno a aprender a aprender, propiciando condições essenciais da aprendizagem dos alunos com surdez na abordagem bilingue. (Alves, 2010, p.09).

O AEE é muito importante nas escolas, um grande avanço para a educação inclusiva. Faz necessário que o professor do AEE elabore o plano de atendimento, para isso é importante que o mesmo realize uma investigação da vida do aluno que será atendido. Na efetivação do estudo de caso, devem ser analisados com prioridade vários fatores relacionados ao aluno (família, patologia, educação e outras informações que colaborem para a sua evolução). Conforme Alves (2010), "O AEE promove o acesso dos alunos com surdez ao conhecimento escolar em duas línguas: em Libras e em Língua Portuguesa, a participação ativa nas aulas e o desenvolvimento do seu potencial cognitivo, afetivo, social e linguístico, com os demais colegas da escola comum. (p. 10). Ao estudar um aluno com deficiência e pessoa com surdez, o professor da sala multifuncional precisa estar envolvido com a realidade do aluno, ou seja, precisa ser sensível na compreensão e interpretação das causas relacionada ao seu problema.

O propósito maior de nossa escola é trabalhar por uma educação verdadeiramente inclusiva para os alunos surdos, o que implica um processo educacional que gera conhecimento e reconhecimento, desenvolvimento pessoal, bem-estar individual e inclusão social, que desenvolve autoconhecimento e ampla visão de mundo. Precisa ser um processo educacional que obtenha como resultado levar alguém a ser efetivamente incluído na sociedade, sendo capaz de fazer uma leitura de mundo e uma narração de si próprio (Fórum-Instituto Nacional de Educação de Surdos, pp.7-9).

Com dedicação o trabalho realizado na sala multifuncional - AEE transforma o mundo do aluno com deficiência e da pessoa com surdez. Pois, o simples fato estar neste ambiente utilizando materiais adequados, muda totalmente a realidade desses alunos, lhes proporcionando um sentido bem mais real na aquisição do conhecimento, pois lhes possibilita utilizar recursos adequados, além de terem um atendimento exclusivo, que facilita e propõe melhorias para aprendizagem. Sem dúvida, este recurso multifuncional constitui-se um elemento fundamental para a evolução. É necessário também que o Atendimento Educacional Especializado AEE, valorize as diferenças das pessoas com deficiência e surdez, não importando a diferença que a deficiência lhes impõe, mas pela condição humana de cada uma delas, pois é através da valorização das diferenças que a aprendizagem é assegurará. Dessa forma, o AEE para as pessoas com deficiência e surdez, na perspectiva da educação inclusiva, estabelece princípios e conceitos que

reconhecessem o potencial, as capacidades e o pleno desenvolvimento dessas pessoas no processo ensino-aprendizagem.

2 Metodologia.

Os avanços sociais estão proporcionando mudanças em diversas áreas, implicando com isso a necessidade de se repensar as formas de atuação da educação inclusiva. Porém, a mudança não é uma tarefa fácil, envolve práticas e concepções no sistema educacional.

Toda mudança constitui-se em aprendizagens, algo que inclui alterações de valores, sentimentos, emoções e concepções que sem dúvida, irão também modificar a prática educativa. Nesse contexto, o professor assume uma responsabilidade central nas diversidades de como ensinar os alunos com surdez, e com certeza também aprender. Para ajudá-lo, a escola deve proporcionar ações que implementem e ampliem esse atendimento educacional.

Diante disso, a presente pesquisa de enfoque qualitativo pretende analisar mediante um estudo de caso, a partir da história de vida e do atendimento educacional do aluno com Surdez Paulo Augusto, atualmente inserido na 4ª série da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Frazão Souza Bueno. O processo do estudo de caso foi analisado, registrado e, ao término, proposto um Plano de Atendimento Especializado para ser aplicado ao aluno na sala multifuncional. Este estudo foi realizado no decorrer do ano de 2014.

Por ser algo novo o Atendimento Educacional Especializado na Educação de Jovens e Adultos – EJA, surgiu o interesse de se realizar este estudo de caso com a intenção de descobrir as dificuldades encontradas por um aluno com surdez neste ambiente escolar, bem como, propor melhorias para o desenvolvimento integral de suas potencialidades através da elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado.

Assim, este estudo de caso analisa (01) um aluno com surdez através das técnicas de entrevistas e observações diretas do sujeito na escola, na sala de recursos, na sala de aula regular com a professora e colegas no ensino da EJA, no contexto familiar envolvendo os pais e os (03) três irmãos; registrando-se todos os dados obtidos nas entrevistas e observações em um diário de campo/registro dos dados.

3.1 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DE CASO

3.1 CASO PAULO AUGUSTO

Paulo Augusto tem 20 anos de idade, nasceu no dia 11/09/1994, com perda auditiva neurosensorial de grau profundo, tanto do lado direito como do esquerdo. Mora somente com os pais; é o caçula dos 04(quatro) irmãos. Seus 03 (três) irmãos já são casados, somente ele nasceu com surdez. Sua família morava no sítio, por esse motivo não teve oportunidade de ter enquanto criança atendimentos de estimulação precoce. Paulo Augusto enfrentou muitas dificuldades em relação a profissionais na área de saúde, pois tinha que ir à capital de Boa Vista Roraima para fazer tratamento.

Paulo Augusto gostava muito do Sítio, pois nele viveu a fase da sua infância e adolescência; ajudava muito o pai na roça e a mãe nos afazeres de casa quando era solicitado.

Seus pais eram de uma família muito humilde, não tiveram possibilidades de estudar e muito menos de oferecer a Paulo Augusto um estudo de qualidade. Os pais não tinham conhecimentos específicos para tratar com a dificuldade do filho, por esse motivo, Paulo Augusto não teve nenhum atendimento e acabou desistindo logo da escola.

Nas informações obtidas através das coletas de dados com os familiares e com Paulo, pode-se perceber que Paulo começou tardiamente os estudos, está com idade avançada na série; além disso, apresenta dificuldades de interação, pois ficou muito tempo morando no Sítio, é tímido demais; tem dificuldade de aprendizagem na leitura, escrita e cálculos matemáticos e não domina totalmente LIBRAS.

Aos chegarem à de Cidade Boa Vista em 2012, os pais perceberam que Paulo Augusto deveria participar do processo de escolarização para adulto. Assim, foi matriculado na Escola Municipal Frazão Souza Bueno e atualmente cursa a 4ª série da Educação de Jovens e Adultos. A EJA possui 100 dias letivos, isso lhe permite concluir 02 (duas) séries em 01 (um) ano.

3.2 ESCLARECIMENTO DO PROBLEMA

Conforme o relato dos familiares - os pais e os (03) três irmãos descrito na entrevista, a inclusão de Paulo Augusto no Ensino Regular aconteceu de fato quando ele tinha 07(sete) anos, mas logo no ano seguinte evadiu-se da escola, pois não conseguia se comunicar com os professores, funcionários e colegas. Eles não conseguiam entender os gestos que ele articulava. Na aprendizagem o processo era muito lento, pois Paulo não era alfabetizado, não conhecia a Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS.

A mãe frisa na entrevista que Paulo Augusto ao ser inserido na escola, a professora de sala de aula mencionou que Paulo Augusto não poderia estar ali, mas sim numa escola de classe especial destinada às pessoas com surdez. Relata ainda, que Paulo Augusto aprendeu a ler e escrever com a ajuda dos irmãos, mas só conseguia ler palavras e frases simples, além de possuir muitas dificuldades em resolver problemas lógico-matemático utilizando as quatro operações. Porém, adquiriu muita habilidade na leitura labial pois devido a sua surdez foi a forma que ele encontrou de entender e de ser entendido.

O pai e os irmãos de Paulo na entrevista frisam que, com o passar do tempo, a família teve que ir para a cidade de Boa Vista devido os outros filhos estarem crescendo e necessitando de um estudo mais avançado. Como já se sabe, possui dificuldades na leitura e na escrita, porém, vem desenvolvendo gradativamente habilidades nesses aspectos, bem como no lógico-matemático. Devido à sua surdez, quando estudava a 1ª série no primeiro semestre do ano de 2012, Paulo Augusto já possuía uma cuidadora que entende um pouco de LIBRAS, a mesma tinha como objetivo acompanhar de forma criteriosa todos os “passos” de Paulo na jornada educativa. Isso sem dúvida, o ajudou e fez muita diferença em seu aprendizado. Teve a companhia da cuidadora até o primeiro semestre do ano de 2014 quando

cursando a 3ª série. Atualmente, Paulo está cursando a 4ª série e está sendo acompanhado por uma interprete de LIBRAS oficial.

De acordo com o relato da professora na entrevista, que o acompanha desde a 1ª série, Paulo Augusto já reconhece as cédulas e moedas de dinheiro perfeitamente, consegue reproduzir a escrita das atividades trabalhadas no quadro, realiza algumas operações/cálculos simples e já lê com mais propriedade. Apesar de suas limitações, Paulo Augusto procura sempre realizar as atividades com muita dedicação.

Ainda segundo a professora, Paulo Augusto, apesar de ser tímido demais; é muito tranquilo, não gosta de brigas e nem de discussões, todos gostam muito dele, pois é uma pessoa sociável; gosta de ir à escola, é um aluno assíduo e pontual nas aulas. Adora atividades que trabalhem artesanato e pintura. Apresenta habilidades em manusear objetos concretos e aprecia aulas diversificadas. O aluno apresenta maior rendimento com atividades ilustrativas e concretas. Vale destacar que Paulo Augusto se sente muito a vontade na sala de aula, pois existem alguns colegas que também possuem deficiência.

Nesse período, Paulo Augusto também foi inserido no Atendimento Educacional Especializado – AEE; não pode participar deste atendimento antes devido o comprometimento com o seu trabalho diário. É atendido 02 (duas) vezes por semana, nos dias de quarta e quinta-feira. Conforme a professora do AEE, Paulo é um aluno muito dedicado e esforçado para desenvolver as atividades; apesar das suas dificuldades, sempre está disposto a executá-las. Ela está trabalhando algumas atividades que envolvem linguagens de sinais e LIBRAS para orientar Paulo Augusto no processo de comunicação e criação de signos que o faça interagir com as outras pessoas através da produção de textos escritos, bilhetes, cartas etc.

Seus irmãos mais novos, relatam que nos momentos de descontração Paulo Augusto gosta de dizer em LIBRAS, que gosta de ir à igreja nos finais de semana e que paquera uma garota dessa igreja e que gosta de passear na casa do irmão mais velho, pois se sente bem acolhido por ele. Além de mencionar o nome do sítio que morava.

Alimenta-se bem, gosta de tudo! Principalmente de peixe tambaqui assado com bastantes verduras. Gosta muito de jogar bola em um campinho próximo à sua casa no final da tarde. Não perde por nada!

Ainda conforme sua mãe na entrevista, Paulo Augusto no ano de 2012 foi encaminhado para o Centro de Atendimento para Pessoa com Surdez - CAS, para aprender a se comunicar através da Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS. Hoje, ele já se comunicar através dos sinais; porém, ainda sente dificuldades em articular de consegue maneira rápida os gestos.

Considerações Finais.

Trabalhar em favor da educação de pessoas surdas, é um desafio muito mais que especial, é uma oportunidade ímpar que a escola tem de abolir o preconceito e de promover a igualdade de direitos.

As questões educacionais relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado - AEE dos alunos surdos vem se acentuando a cada dia em nível mundial, esta é uma realidade inquestionável que aponta para a importância de se proporcionar

ambientes de aprendizagem heterogêneos, com a implementação de práticas pedagógicas diferenciadas, com professores especializados, com recursos e equipamentos compatíveis. Ou seja, a necessidade de se ampliar e de se reestruturar a escola para que ela realmente seja uma escola inclusiva que assegure as políticas de educação de qualidade para todos. A educação para os alunos com surdez, nesse contexto, implica na estruturação, reconhecimento e valorização das culturas envolvidas; tendo como base, práticas pedagógicas do bilinguismo e da Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS, bem como, a interação e o diálogo entre os grupos envolvidos nesse processo educativo, e do reconhecimento das características próprias e do respeito mútuo.

As pessoas com surdez também querem estudar, trabalhar e atender as suas necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais. Porém, conquistar tudo isso não é fácil, sabe-se que este é um processo complexo que inclui inúmeras variáveis, principalmente no âmbito educacional como aluno, professor, concepção social, organização curricular, metodologias, estratégias e recursos. Compreende-se assim, que a aprendizagem do aluno com surdez não depende somente dele, mas do envolvimento integrado entre os componentes do ambiente escolar, sua família e recursos necessários para seu atendimento.

Referências.

- Alves, Carla Barbosa, Ferreira, Josimário de Paula, Damázio, Mirlene Macedo - Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem bilingue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010. V. 4. 24p.
- Batista, C. A. M. Et Mantoan, M. T. E. *Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental*. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação especial. São Paulo, 2006.
- Bíblia Sagrada. *Antigo e Novo Testamento*. 2 ed. Tradução: João Ferreira de Almeida. Editora: Sociedade Bíblica do Brasil: 2008.
- Brasil. Conselho Nacional de Educação. Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001b.
- Brasil. Constituição Federal (1988). Rio de Janeiro, FAE, 1989.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial- MEC/SEESP, 2001.
- Catão, Shirlei dos Santos - Artigo Publicado na Revista Internacional de Audição e linguagem fonoaudiologia e apoio à integração "Políticas Educacionais: Educação Para Todos e a Proposta Pedagógica". REVISTA Internacional de Audición y Lenguaje, logopedia y apoyo a la Integración Volume :2, N°3. Setembro de 2010 - RIALAI.
- Catão, Shirlei dos Santos, Catão, Simone dos Santos Catão, Marilene dos Santos e Rios, Rejane Risia Gonçalves - Artigo Publicado na Revista EXAMÁPAKU/Revista eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais "Educação, Cultura e Línguas" Volume :06, N°1. Setembro de 2013 – revista.ufr.br/index.php/examapaku/article/view/2014.
- Catão, Shirlei dos Santos, Catão, Simone dos Santos Catão, Marilene dos Santos e Rios, Rejane Risia Gonçalves Artigo Publicado na Revista Internacional de Audição e linguagem fonoaudiologia, apoio à integração e multiculturalidade. "Educação, Cultura

- e Línguas" REVISTA Internacional de Audición y Lenguaje, logopedia y apoyo a la Integración Volume : 3, N°. 3, Março de 2014- RIALAIM.
- Dificuldade de Aprendizagem e Família - Construindo Novas Narrativas. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/entrevistas/entrevista.asp> Acesso dia 14 de abril de 2008.
- Fórum - Instituto Nacional De Educação De Surdos – Semestral vol. 19/20 (Janeiro/Dezembro). INES. ISSN 1518-2509. Rio de Janeiro-RJ-2009.
- Fórum - Instituto Nacional De Educação De Surdos – Semestral vol. 01 (Julho/Dezembro). INES. ISSN 1518-2509. Rio de Janeiro-RJ-2001.
- Louro, Viviane. S.; Alonso, L. G. Et Andrade, A. F. *Educação Musical e Deficiência: propostas pedagógicas*. São Paulo: Ed do autor, 2006.
- Minetto, Maria de F. *Curriculo Na Educação Inclusiva: Entendendo Esse Desafio*. Curitiba: Ibpex, 2008.
- Revista Espaço - Instituto Nacional de Educação de Surdos: Informativo Técnico Científicos do INES/ ISSN 0103-7668 – Semestral (N°35 de Jan-Jun/2011).Rio de Janeiro RR: INES-2011; pp.93.